

EMBASA SALVADOR

Problema conhecido

Bombas sem funcionar eram de conhecimento de órgão fiscalizador

Thais Borges e Júlia Vigné
redacao@correio24horas.com.br

Não é só a Polícia Federal (PF) que tem conhecimento sobre as suspeitas de despejos de esgoto sem tratamento em águas oceânicas, via emissário do Rio Vermelho, pela Embasa, órgão de saneamento do governo do estado. A Agência Reguladora de Saneamento Básico da Bahia (Agersa), entidade responsável pela fiscalização da empresa, publicou um relatório, em junho de 2016, informando que as bombas do sistema já não estavam funcionando desde janeiro daquele ano.

Para a PF, o problema vem desde outubro de 2015. Após dois anos sem realizar o processo de peneiramento "plenamente", como a Embasa mesmo afirma, a empresa anunciou ontem que, a partir de 1º de dezembro, novas bombas serão instaladas.

O caso ganhou notoriedade após a Polícia Federal ter de flagrado uma operação, na última terça-feira, para investigar se a Embasa vem cometendo crime ambiental.

Em nota, a Embasa afirma que "o bombeio de efluente (resíduos provenientes das indústrias, dos esgotos e das redes pluviais) da estação de condicionamento prévio (ECP) do Lucaia para o emissário submarino do Rio Vermelho está ocorrendo a uma distância segura da costa e em profundidade oceânica".

As investigações sobre a empresa de saneamento começaram em 2016, após um acidente que, em março daquele ano, deixou a Estação de

Tratamento de Água do Lucaia sem luz e, em dois dias, a Embasa acabou despejando 756 milhões de litros de esgoto sem tratamento na praia do Rio Vermelho.

Na ocasião, a Embasa afirmou que não era possível evitar o lançamento de esgoto no mar. O relatório da Agersa, produzido após uma fiscalização que durou de 1º de fevereiro a 18 de março de 2016, indica que "as bombas parafuso estão fora de operação desde janeiro" daquele ano. O acidente aconteceu menos de uma semana depois, no dia 23 de março. No documento, a agência completa que as etapas de baixo recalque, desarenador e peneiramento deixaram de funcionar.

A estação de condicionamento, segundo a Agersa, apenas retira os resíduos sólidos acima de 25 mm no gradeamento e lança o efluente bruto no emissário submarino. O "efluente bruto" é o nome técnico do esgoto sem tratamento. Ou seja, resíduos abaixo de 25 mm estão passando pelo emissário e, consequentemente, indo para o oceano.

Assim como no relatório da Agersa, a perícia divulgada pela PF na terça-feira indicou que a bomba que deveria fazer a elevação do efluente, permitindo o escoamento do esgoto, estava inoperante. Com essa bomba sem funcionar, o esgoto não passa pelos processos obrigatórios de tratamento, como o peneiramento e a caixa de areia.

A Embasa também informou que obteve liminar favorável da Justiça em uma disputa com a empresa Haztec, que forneceu os equipamentos para o conserto da bomba.

OFÍCIO

Com as informações obtidas em campo, a Agersa oficiou a Embasa, solicitando a correção das bombas parafuso ino-

perantes. Segundo a nota da agência enviada ao CORREIO ontem sobre o relatório, "essa bomba eleva sólidos para a última etapa de peneiramento (retenção de resíduos sólidos de até 2 mm), antes da libera-

“O relatório de fiscalização, de junho de 2016, aponta a inoperância das bombas parafuso da Estação do Lucaia, desde janeiro de 2016”
Agersa

Agência reguladora de saneamento do estado

ção dos efluentes no mar, através do emissário".

Na nota enviada à reportagem, a Agersa afirma que "a Embasa respondeu (ao ofício), esclarecendo a inexistência de recursos técnicos próprios para realizar o reparo, já tendo acionado a fabricante por ser a única com recursos disponíveis para o conserto, dada a especificidade do equipamento".

"Diante da dificuldade de pronto atendimento por parte da empresa, a prestadora recorreu à Justiça para que o problema pudesse ser resolvido. A Agersa vem acompanhando a evolução do caso, uma situação atípica, para a qual a Embasa tomou as providências necessárias e possíveis para a sua solução", completa a Agersa, na nota.

Segundo o delegado Fernando Berbert, que conduziu a operação Águas Limpas, da PF, a Agersa não deve ser responsabilizada criminalmente. "Não conheço o procedimento interno

deles, mas um órgão de fiscalização que toma conhecimento daquele fato dentro da esfera deles tem que lavrar o procedimento adequado, eventualmente até penalizando a empresa", explicou o delegado.

Agora, ele aguarda a conclusão da perícia feita na terça-feira e da chegada dos documentos apreendidos em São Paulo e no Rio de Janeiro, na sede da empresa Haztec, fornecedora da bomba. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão lá, além de três mandados similares em Salvador. Nenhum representante da Haztec foi encontrado para comentar o caso.

O Ibama informou que a competência da fiscalização no oceano é estadual, mas que pode participar se não houver iniciativa do órgão responsável ou se for solicitado. Ao CORREIO, o órgão federal confirmou que tomou conhecimento do caso e que pode acompanhá-lo a partir de agora.



Bombas de peneiramento de resíduos, no Lucaia, não funcionam desde janeiro de 2016, aponta agência

Embasa diz fazer manutenção periódica

A Embasa enfatiza que, mesmo com o processo de peneiramento da Estação do Lucaia funcionando parcialmente, não está havendo "lançamento de esgoto nas praias de Salvador e não existe lançamento de lixo no oceano pelo emissário".

O professor do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia (Ufba) Eduardo Mendes afirma que, se não há o tratamento primário do esgoto, que remove sólidos grosseiros, o que acaba indo para o mar é lixo.

No relatório de junho de 2016, a Agersa afirma que as etapas de baixo recalque, de-

sarenador e peneiramento deixaram de funcionar. Com isso, resíduos abaixo de 25 mm não estão sendo filtrados e, consequentemente, estão sendo lançados no oceano.

"(Sem o tratamento primário) o que passa são materiais grosseiros, resíduos sólidos, mais conhecido como lixo. É importante ressaltar que o chamado esgoto doméstico não é só doméstico. Além do absorvente e do papel higiênico, há resíduos de borracharia, de dentistas, de oficinas clandestinas. Todo esse lixo descartado de forma incorreta cai no esgoto e, se não há o tratamento, acaba

indo para o mar", explicou o professor da Ufba.

O emissário do Rio Vermelho está a 2,35 quilômetros da costa e é responsável por levar o material já tratado para o mar, a 27 metros de profundidade. Em nota, a Embasa afirmou que "faz manutenção nos dispersores de efluente do emissário submarino do Rio Vermelho periodicamente. Em vídeo da manutenção feita em novembro de 2015, é possível verificar que não há lançamento de lixo no oceano e que existe uma exuberante fauna e flora marinha ao longo de toda a extensão do emissário".

Secretaria da Fazenda  **SALVADOR**
PREFEITURA
PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Especial Mista de Licitação - COEL, designada pelo Decreto Municipal nº 29.006/2017, com base na Lei Municipal nº 9.233/2017, Lei Municipal nº 8.655/2014, Lei Municipal nº 8.421/2013, Lei Municipal nº 4.484/92, Lei Municipal nº 3.293/83 e Lei Federal nº 8.666/93, na sua atual redação, subsidiariamente, esta no que couber, torna público para conhecimento dos interessados, a licitação: **CONCORRÊNCIA - SEFAZ Nº 015/2017**.

OBJETO: Alienação do imóvel localizado na Rua Laura Costa, s/n - Código de Logradouro 3536, Vila Laura, Salvador-Bahia, Brasil (ID 082.2). **PROCESSO Nº 54450/2017 - SEFAZ; DATA: 21/12/2017; HORA: 10h (horário local); CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Maior Oferta; **LOCAL:** Auditorio do Prédio Sede da Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, situado na Rua das Vassouras, nº 01, Edif. Jorge Lins Freire, 7º andar, Centro, Salvador-BA. O Edital encontra-se à disposição no endereço: www.sefaz.salvador.ba.gov.br. Salvador, 17 de novembro de 2017. **Robson dos Anjos Freitas** - Presidente da Comissão de Especial Mista de Licitação - COEL.